

Ecofeminismo e agricultura familiar na América Latina

NIKAELLY LOPES DE FREITAS
ARNELLE ROLIM PEIXOTO
ARKAITZ PASCUAL MARTIN

RESUMO: Pobreza, desigualdade, violência de gênero e exploração da natureza são questões levantadas pela insurreição dos movimentos sociais e que as sociedades buscam enfrentar. Discute-se, no presente estudo, a visão ecofeminista no fortalecimento da agricultura familiar e no desenvolvimento sustentável na América Latina, destacando a importância do empoderamento da mulher rural a partir do estudo de caso da zona Polochic, na Guatemala.

Palavras-chaves: Ecofeminismo. Agricultura Familiar. Segurança Alimentar. Feminização da Pobreza. Guatemala.



NIKAELLY LOPES DE FREITAS

Advogada. Mestranda em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará.
E-mail: nikaelly_lopes@hotmail.com

ARNELLE ROLIM PEIXOTO

Advogada. Pós-doutoranda em Direitos Sociais pela Universidade de Salamanca- Espanha. Pós- doutoranda em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Doutorado em Direito pela Universidade de Salamanca- Espanha.
E-mail: amellerolim@hotmail.com

ARKAITZ PASCUAL MARTIN

Graduação em Sociologia pela Universidade de Salamanca (USAL), Espanha (2015). Mestrado em “Estudios Latinoamericanos” pela Universidade de Salamanca (USAL), Espanha (2018).
E-mail: arkaitz@usal.es

Ecofeminism and family agriculture in Latin America

ABSTRACT: Poverty, inequality, gender violence, and exploitation of nature are issues raised by social movements and that societies seek to confront. This paper discusses the ecofeminist vision in the strengthening of family farming and sustainable development in Latin America, highlighting the importance of rural women empowerment through the case study of the Polochic zone in Guatemala.

Keywords: Ecofeminism. Family farming. Food Security. Feminization of Poverty. Guatemala.

RECEBIDO: 13/06/2020

APROVADO: 12/10/2020

1 Introdução

O capitalismo, enquanto ordem econômica e política, consolidada a partir da Revolução Industrial, implementou um novo modelo de produção e consumo na sociedade, provocando consequências diversas em todos os setores sociais. Seu complexo processo de expansão ocasionou reflexos, desde o relacionamento dos seres humanos consigo mesmos e com os outros seres, até o modo com que o Estado se relaciona com o seu povo.

Essa mudança nos paradigmas de desejo, consumo e produção também acarretaram significativos resultados na forma de males sociais, tais como a degradação da natureza por meio da exploração indiscriminada de seus recursos, o abuso, a desvalorização e a substituição da mão de obra humana. Em troca, prevalecia o alcance do lucro por alguns e a expectativa de um bem-estar material em que a maior parte da população, muito embora faça parte da produção dos bens que o compõem, não tem acesso.

Nesse cenário, trabalhadores passaram a ser explorados de modo desenfreado em um período marcado pela utilização precária da mão de obra infantil e feminina, pela qual era pago um valor ainda mais baixo que o destinado à mão de obra masculina, que já sofria com a desvalorização. Junto dos movimentos sociais que insurgiram em sua consequência, o feminismo surge como busca pela igualdade entre os gêneros, por entender que as formas de opressão iam além do domínio econômico.

Diante disso, busca-se, no presente artigo, demonstrar de que forma se pode encontrar, na ecologia e no movimento feminista, pontos em comum na luta pela qualidade de vida e pelo desenvolvimento sustentável na América Latina, por meio do fortalecimento do empoderamento feminino e da agricultura familiar, principalmente no que concerne ao combate à feminização da pobreza e à garantia da segurança alimentar. Com isso, pretende-se indicar como esta corrente de pensamento pode contribuir para o alcance de uma sociedade mais igualitária, de não-exploração das mulheres e da natureza.

A realização do presente trabalho utilizou-se de metodologia teórica através de revisão bibliográfica, como livros, artigos científicos, legislação e dados oficiais. Aliado a isso, analisou-se

o Programa Conjunto implementado em quatro municípios da Guatemala (Polochic), realizando, por fim, entrevista com Juana Margarita, membro da consultoria externa da ONU Mulheres.

Inicialmente, a pesquisa discute a conceituação de feminismo com o fito de situar o leitor acerca do surgimento do ecofeminismo, e, assim, estabelecer as inovações e os benefícios na busca de um desenvolvimento sustentável nas sociedades contemporâneas, e, principalmente, no âmbito da América Latina.

Em seguida, buscou-se demonstrar a importância da visão ecofeminista para o empoderamento das mulheres rurais, a fim de dar-lhes maior autonomia e protagonismo no trabalho que desempenham – à medida que, também, resulta numa maior garantia de segurança alimentar e de promoção da saúde humana.

Por fim, tratou-se de apontar a forma com que os movimentos ecofeministas defendem o respeito ao direito fundamental ao meio ambiente e ao princípio da igualdade, a partir do estudo de municípios situados na zona rural da Guatemala.

2 Ecologia e feminismo

Embora, ao longo da história moderna, às mulheres fosse destinado os bastidores da esfera pública e o desempenho de atividades de forma subalternizada, no que diz respeito à produção de alimentos e ao desempenho de atividades agrícolas diversas, enquanto fonte de renda ou complementação necessária do orçamento familiar, o cenário sempre fora majoritariamente feminino (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 40).

Por essa razão, no Sul global, elas são a vasta maioria da força de trabalho rural e carregam a maior parte do trabalho de reprodução social. Ademais, por seu papel central de provedora de alimentação, vestimenta e abrigo para a família, representam parcela descomunal no trabalho contra as secas, a poluição e a superexploração da terra. De modo semelhante, as mulheres pobres de grupos minoritários do Norte global estão desproporcionalmente vulneráveis, sujeitas ao racismo ambiental, e constituem “a espinha dorsal das comunidades submetidas a enchentes e envenenamento por chumbo”, de forma que estão na linha de

frente das lutas contra a crescente catástrofe ecológica (ARRUZZA; BATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 56).

Nesse sentido, a palavra “ecofeminismo” pode ser nova para muitas pessoas, mas sempre existiu o esforço feminino que motivava as mulheres a conseguir o seu sustento e tornar suas comunidades seguras. E hoje, mais que nunca, em razão da intensificação da globalização, há o crescimento da luta para a criação de sociedades de afirmação da vida sustentável, estabelecendo, assim, um terreno em comum entre a ecologia e o movimento feminista (SALLEH, 2014, p. 01).

Dessa maneira, *“la corriente ecofeminista, con todas sus variantes, representa el enfoque que intenta una comunicación socio-teórica entre la relación hacia la naturaleza y la relación entre los sexos”* (HOLLAND-CUNZ, 1994, p. 32).

Já para Gebara (2000, p. 17), *“se trata de captar cómo mujeres y naturaleza estuvieron durante siglos bajo el dominio del imperio masculino”*. Assim, *“los años sesenta comenzaron a movilizar a las “dominadas”*. De modo que, *“vieron nacer movimientos de mujeres y movimientos ecológicos de diferentes tendencias. Y es de esa conjunción creativa de donde nace y crece el ecofeminismo”*.

Desse modo, “o ecofeminismo não é uma teoria única sobre gênero e meio ambiente, mas se refere a uma variedade de perspectivas” (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 224), sendo definido como “a posição de que há importantes conexões entre como se tratam mulheres, pessoas de cor e subclasse, de um lado, e como se trata o ambiente natural não humano, de outro (WARREN, 1997, p. XI).

Essa forma de pensamento insurge durante a segunda onda do feminismo, notadamente influenciada pelas questões pacifistas e antinucleares que eclodiram na Europa nos anos anteriores (SILIPRANDI, 2009, p. 141). Com isso, buscava-se demonstrar a importância da atuação feminina no movimento ambientalista, visto que, tanto a natureza, quanto as mulheres, têm em comum a estrutura social que as explora (VIJAYARAGAVAN, 2020, p. 719).

Para Siliprandi (2000, p. 63), do ponto de vista econômico, os princípios ecofeministas podem ser vistos como a existência de uma correlação entre a forma como o pensamento ocidental hegemônico vê as mulheres e a natureza que as domina. Isto é,

em ambos os casos, temos a utilização de “recursos naturais” sem custos, a serviço da acumulação do capital.

Do ponto de vista político, se estaria diante de uma convergência entre a mulher e a natureza e entre o homem e a cultura, enquanto forma de dominar a natureza. Sendo assim, o ecofeminismo vê como fator condicionante para a perpetuação da exploração feminina a exploração da natureza (SILIPRANDI, 2000, p. 63), ao passo que enxerga a sociedade sem esta última como condição para a libertação e emancipação da mulher.

Aliados a esses princípios estão os ideais de descentralização, a não-hierarquização, a democracia direta e o apoio a uma economia rural como modelo de subsistência, assim como a busca de tecnologias menos, ou não agressivas, ao meio ambiente e a superação da dominação patriarcal nas relações de gênero. Ressalta-se, assim, a valorização de uma vida camponesa, o que faz com que, por vezes, o movimento seja denominado como elementar, em comum de uma utopia feminista e uma sociedade ecológica (SILIPRANDI, 2000, p. 63).

Sobre a relação existente entre mulheres e a natureza, Gebara relembra que:

Las brujas fueron consideradas no sólo símbolos del mal, sino también de la violencia de la naturaleza, capaz de provocar tempestades y enfermedades. [...] Por eso las mujeres revoltosas y la naturaleza en desorden precisaban ser controladas. Esto justificó socialmente la caza de brujas y consecuentemente la ejecución de millares y millares de mujeres en toda Europa. La modernidad comienza, pues, con la redefinición del papel de la mujer como ama de casa, subordinada a las relaciones matrimoniales y a la familia. A su vez la naturaleza, liberada de la fuerza de los espíritus, despojada gradualmente de sus secretos, pasa a ser dominada por el espíritu científico masculino (GERBARA, 2000, p. 18).

O mesmo ocorre com alguns grupos humanos que foram denominados como primitivos e classificados como mais próximos à natureza, sendo, portanto, considerados inferiores, o que justificou diversas formas de dominação. Negros, indígenas e mulheres eram parte da natureza, o que justificava a sua submissão (GEBARA,

2000, p. 19). Em suma, a explicação ecofeminista passa por dimensões de dominação cultural-simbólica e socioeconômica.

Valencia (2014, p. 186) ressalta que, no vínculo entre as mulheres e o meio ambiente, perpassam diversos aspectos estruturais que incluem gênero, classe e raça. Do mesmo modo, os processos que incluem a degradação ambiental e a apropriação dos recursos possuem implicações específicas em cada um desses fatores. Mulheres rurais e de famílias pobres são afetadas de maneira mais grave. Nesse contexto, a crise ecológica diretamente vinculada ao capitalismo também reproduz e agrava a opressão das mulheres, de modo que estas constituem 80% das pessoas refugiadas em razão das mudanças climáticas (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 56).

No início da década de 1990, durante profusão da tutela jurídica internacional de proteção do meio ambiente, também se deu “o auge da visibilidade social e política dessas posições [ecofeministas]”. Em suma, em razão da realização da Conferência do Meio Ambiente em 1992 que, por meio de redes como a de Mulheres de Educação, defendeu “um olhar mais feminino sobre o mundo”, fazendo “críticas ao estilo predatório de consumo vindo do Norte que agravava a pobreza do Sul”. Ressaltou-se, assim, a relevância da recuperação do meio ambiente para a problemática da saúde e das mulheres que sofriam com as consequências desse processo (SILIPRANDI, 2000, p. 62).

Desse modo, o ecofeminismo contraria o modo narcisista e patriarcal que entende a natureza somente como mais um elemento de domínio e exploração do homem e para o homem (mas não todos eles), quando, em verdade, não percebem que a natureza estaria muito bem sem a humanidade – mas o contrário, em absoluto, não é verdade. Nesse sentido,

Os expoentes da ecologia profunda têm insistido que não basta analisar essa devastação da terra em termos de uso social e tecnológico humano. Temos de examinar os padrões simbólicos, psicológicos e culturais pelos quais os seres humanos se distanciaram da natureza, negaram sua realidade de seres que fazem parte da natureza e pretenderam dominá-la a partir de fora. A cura ecológica requer uma conversão psicocultural/espiritual

dessa postura antropocêntrica de separação e dominação. Temos de recuperar a experiência de comunhão na natureza e reconstruir uma nova cultura baseada na afirmação de que somos uma única comunidade de vida interligada (RUETHER, 1996, p.129).

Sendo assim, é imprescindível compreender que se vive em um planeta de recursos finitos e que, em razão disso, deve-se valorizar e incentivar a busca de formas mais sustentáveis de vida que considerem os impactos causados ao meio ambiente, inclusive, quando da tomada de decisões estratégicas que visem a auferir lucros. Neste contexto, a atual crise do capitalismo também é uma crise ecológica, tendo em vista que “o capitalismo sempre buscou fortalecer seus lucros se apossando de recursos naturais, aos quais ele trata como gratuitos e infinitos e os quais quase sempre rouba diretamente” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 55).

Para Mies e Shiva (2014, p. 164):

Gender and diversity are linked in many ways. The construction of women as the ‘second sex’ is linked to the same inability to cope with difference as is the development paradigm that leads to the displacement and extinction of diversity in the biological world. The patriarchal world view sees man as the measure of all value, with no space for diversity, only for hierarchy. Woman, being different, is treated as unequal and inferior. Nature’s diversity is seen as not intrinsically valuable in itself, its value is conferred only through economic exploitation for commercial gain. This criterion of commercial value thus reduces diversity to a problem, a deficiency. Destruction of diversity and the creation of monocultures becomes an imperative for capitalist patriarchy (MIES; SHIVA, 2014, p. 164).

Para as autoras, “*the marginalization of women and the destruction of biodiversity go hand in hand*” (MIES; SHIVA, 2014) E, nesse contexto, “*loss of diversity is the price paid in the patriarchal model of progress*” (MIES; SHIVA, 2014, p. 164). Nessa perspectiva, a agricultura familiar tem se mostrado, inclusive no cenário internacional, “como a base de um modelo alternativo de desenvolvimento para o meio rural capaz de reduzir a pobreza, as disparidades de renda e o uso irracional dos recursos naturais” (NOBRE, 1998, p. 01).

Dessa forma, diante dos inúmeros e graves problemas de cunho ambiental que têm atingido a qualidade de vida humana, os seres humanos têm buscado formas menos degradantes de manter o crescimento econômico e o suprimento das necessidades populacionais aliados à menor degradação ambiental possível.

Assim como enfatizaram Abromovay e Castro ainda em 1997 (p. 36), a “principal causa da degradação ambiental são os poluentes industriais e militares, dejetos tóxicos e sistemas econômicos que exploram e prejudicam a natureza e os povos”, o que requer que o modo com que produzimos e utilizamos os recursos naturais seja drasticamente readequado.

Todavia, poucos são os esforços concretos, daqueles que podem provocar mudanças efetivas no sentido de realmente transformar o sistema que alimenta a degradação desenfreada. Para o homem, parece ser mais factível realizar a colonização de qualquer planeta a milhares de anos-luz de distância, do que mudar a forma com a qual tratamos a terra.

Nesse panorama, o ecofeminismo pode ser utilizado como ferramenta para minimizar os efeitos da ideologia responsável pela degradação ambiental, principalmente no que se refere a uma agricultura ecologicamente responsável. *“En la teoría feminista se encuentran referencias a tradiciones alternativas, a minorías sin voz que hoy se trata de redescubrir para intentar solucionar problemáticas actuales”* (HOLLAND-CUNZ, 1994, p. 17).

De todo modo, nas últimas décadas, lentamente surgiram organizações que trabalham com a relação da mulher e da natureza, mais em razão daqueles que se dedicam às atividades de preservação ambiental se aterem a um enfoque mais “produtivo” ou voltado para a “natureza”, do que menos por estarem focados nas questões de cunho social. Tal cenário deixava em segundo plano a preocupação com o papel específico que as pessoas, e as mulheres em especial, desempenham nos sistemas produtivos em questão, com a sua situação de subalternidade no meio rural (SILIPRANDI, 2000, p. 62) e as questão de gênero que também as atinge.

Assim, o ecofeminismo mostra o caminho para pensar de que forma as mudanças nas relações de gênero podem contribuir para a passagem a um outro paradigma produtivo, diferente do modelo

capitalista que conduz ao colapso ambiental. Com isso, permite-se construir um modelo mais sustentável e equilibrado, revelando “ações capazes de, ao mesmo tempo, incluir as mulheres rurais nas decisões importantes da sociedade e da família e avançar a luta ambiental” (SILIPRANDI, 2000, p. 62).

Para Mies e Shiva (2014, p. 165):

Diversity is the principle of women's work and knowledge. This is why they have been discounted in the patriarchal calculus. Yet it is also the matrix from which an alternative calculus of 'productivity' and 'skills' can be built that respects, not destroys, diversity.

Em razão da potencialidade de suas contribuições, não só no âmbito do desenvolvimento sustentável, mas também pelos benefícios trazidos aos pequenos agricultores e famílias de baixa renda, e especialmente para as mulheres rurais, se faz necessária a expansão do ecofeminismo e de seu estudo, que ainda é desconhecido e, por vezes, menosprezado.

3 O papel da mulher na agricultura e o empoderamento feminino

Inobstante os avanços ocorridos nas últimas décadas, a pobreza permanece como uma preocupante situação de privação e violação de direitos humanos. Entre os grupos mais afetados, estão as mulheres, historicamente relegadas ao segundo plano como consequência da discriminação de gênero, de modo que mecanismos para torná-las autônomas se fazem essenciais (LOPES; SANTOS JÚNIOR; BOTELHO, 2017, p. 07).

A história das mulheres rurais está marcada por décadas de mobilização e de articulações, não só em prol do reconhecimento de sua profissão, do direito à sindicalização e da garantia de sua autonomia financeira e produtiva, mas também no âmbito do combate à violência de gênero intrafamiliar. Por vezes, “a proibição de ir a uma reunião, a falta de espaço na família para discutir as questões estratégicas da produção, a falta de acesso ao gerenciamento da propriedade, ao uso dos recursos comuns” como a terra, instrumentos de trabalho e recursos financeiros

(SILIPRANDI, 2009, p. 140), se revelam enquanto facetas da violência e do sexismo que obstam a autonomia e desvalorizam o trabalho das mulheres do campo.

Por consequência, embora as mulheres estejam presentes no conjunto de atividades essenciais da agricultura familiar, preparando o solo, plantando, colhendo, criando animais, produzindo artesanato, dentre outras práticas, não são reconhecidas, tendo em vista que a chefia familiar e da unidade produtiva está outorgada socialmente ao homem. Com isso, a invisibilidade do trabalho feminino no campo está intimamente vinculada às formas de organização e de divisão sexual do trabalho, relegando às atividades realizadas pelas mulheres o status de mera extensão do seu papel de esposa e mãe (SILIPRANDI, 2009, p. 143).

Um exemplo disso é que, em sociedades de pequenos produtores, é possível perceber que, ainda que desempenhem o trabalho do “pai” no roçado, a atividade realizada pela esposa é considerada uma *ajuda*, tendo em vista que o seu local é a casa e os cuidados com o lar, que, por sua vez, não são considerados trabalho. Nesse contexto, o esforço físico é sempre apontado como uma das razões para que eles sejam considerados mais importantes do que elas no trabalho agrícola. Todavia, na realidade, mulheres aram a terra e carregam sacos de 60kg na cabeça, ao passo que, quando as tarefas são mecanizadas e, portanto, exigem menor força física, elas são excluídas, sendo mais fácil ver uma mulher carpindo com a enxada do que dirigindo o trator (NOBRE, 1998, p. 02-05).

Nesse contexto, deve-se destacar o caráter empoderador que tem a visão ecofeminista sobre aquelas mulheres que sempre estiveram à frente de suas famílias, participando ativamente do provimento de sua subsistência e cuidando pessoalmente da terra e daqueles que nela trabalham, mas à sombra dos homens da família. Para elas, o empoderamento implica a redistribuição do poder que se encontra nas mãos dos homens, de modo a exercer os mesmos direitos a eles garantidos, o que inclui o acesso equitativo às oportunidades (LOPES; SANTOS JÚNIOR; BOTELHO, 2017, p. 09).

Na atual conjuntura global política, econômica e social em meio à pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus (COVID-19),

a agroecologia pode se revelar como aliada à exploração do vínculo entre agricultura sustentável e saúde, tendo em vista que a natureza sistêmica das tragédias ocasionada pelo vírus chama atenção para a reformulação do modo de desenvolvimento capitalista e altamente consumista, e a forma com que o indivíduo se relaciona com a natureza. Isso porque, a agricultura industrial se revela extremamente danosa ao meio ambiente e à saúde pública, e seu modo de cultivo e criação são especialmente vulneráveis a pragas e vírus causadores de pandemias (NICHOLLS; ALTIERI, 2020).

Além disso, as restrições impostas a viagens e comércio, bem como o bloqueio de cidades inteiras como tentativas de impedir a disseminação do COVID-19, demonstram, mais que nunca, a fragilidade de um sistema alimentar globalizado, quando a agroecologia possui o potencial de produzir localmente grande parte dos alimentos necessários para as comunidades urbanas e rurais (NICHOLLS; ALTIERI, 2020).

De outro modo, para Siliprandi (2009, p. 147), a agroecologia não alcançará seus propósitos “de ser uma teoria e um modelo para a ação emancipatória dos camponeses, se também não se ocupar, teórica e praticamente, do enfrentamento das questões da subordinação das mulheres agricultoras”.

Essa preocupação resultou em um dos objetivos da ONU para promover o desenvolvimento sustentável, em razão da preocupação em implementar estratégias que tenham “a participação da mulher no manejo nacional dos ecossistemas e no controle da degradação ambiental” (ONU, 2012). Neste ponto, observa-se que o tratamento, no âmbito internacional, em relação às temáticas de gênero e ambiental, está influenciado por uma visão ecofeminista, enquanto tentativa de conseguir alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres dentro de um desenvolvimento sustentável rural. Reforçando essa ideia, um dos objetivos do desenvolvimento sustentável consiste na realização de “reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade” (ONU, 2015).

Desse modo, se faz necessário, para o fortalecimento do empoderamento feminino no âmbito rural, o desenvolvimento de

atividades que integrem de forma equitativa e benéfica as mulheres nas atividades. A partir dessa medida, desenvolve-se para ela o papel de empreendedora, contribuindo para economia familiar (uma forma de emancipação econômica), como também ajudando que a atividade desenvolvida no campo (na terra) seja aplicada de forma mais respeitosa ao meio ambiente.

4 O papel da mulher nos projetos rurais latinoamericanos: o caso de Polochic, na Guatemala

O ecofeminismo latino-americano vem da influência da teologia da libertação e o vincula aos direitos humanos (RESS, 2003). Nesta perspectiva latino-americana, fica destacado que a problemática ambiental e a opressão da mulher têm como causa comum o sistema patriarcal (CÁMARA, 2018). Para reverter essa situação a partir da perspectiva de visão do Sul, esse movimento vem lutando para aplicar estratégias que indubitavelmente levem em consideração a cultura local e, através de projetos que apoiam mulheres no campo rural, ofereçam oportunidades de independência econômica e garantam a preservação ambiental local.

Sendo assim, quando tratamos de países que aplicam tal posicionamento, destaca-se a Guatemala¹, país da América Central caracterizado pelo alto índice de violência, pobreza e desigualdade econômica, conforme demonstrado na Figura 1:

1 Artigo 97 da Constituição da Guatemala: *“Medio ambiente y equilibrio ecológico. El Estado, las municipalidades y los habitantes del territorio nacional están obligados a propiciar el desarrollo social, económico y tecnológico que prevenga la contaminación del ambiente y mantenga el equilibrio ecológico. Se dictarán todas las normas necesarias para garantizar que la utilización y el aprovechamiento de la fauna, de la flora, de la tierra y del agua, se realicen racionalmente, evitando su depredación”*.

Figura 1 – Índices sociais relacionados à Guatemala

Personas en situación de pobreza	50.5	%	(2014)
Urbano	34.9	%	(2014)
Rural	65.8	%	(2014)
Personas en situación de extrema pobreza	15.4	%	(2014)
Urbano	7.2	%	(2014)
Rural	23.4	%	(2014)
Coefficiente de Gini	0.54	-	(2014)
Porcentaje de personas sin ingresos propios			
Mujeres	51.0	%	(2014)
Hombres	14.0	%	(2014)
Gasto público social como % del PIB (Gobierno Central)	7.0	%	(2018)

Fonte: Cepal, 2020.

A partir dos dados apresentados, é possível observar que se trata de um país cujo eixo econômico majoritário se baseia na atividade rural. O índice de pobreza nesse âmbito é consideravelmente alto, e as mulheres são as mais atingidas pela falta de renda própria. Portanto, ressalta-se que a temática sobre a questão econômica rural sob o enfoque de gênero deve ser observada, com o fim de oferecer condições de vida digna para esse grupo duplamente vulnerável. Nesse sentido, destaca Cabnal (2010) que persistem alguns problemas na luta pela defesa da terra:

Sin embargo, una contradicción a lo interno de los movimientos de defensa territorial es el hecho que las mujeres que conviven en el territorio tierra, viven en condiciones de violencia sexual, económica, psicológica, simbólica, y violencia cultural, porque sus cuerpos aún siguen expropiados” (CABNAL, 2010, p. 23).

O Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, (CEDAW, da sigla em inglês), em suas recomendações, vem discutindo a problemática das comunidades rurais

da Guatemala no que se refere a vulnerabilidade e desigualdade (ONU MUJERES, 2017). Isso porque, junto às problemáticas que circundam a vivência e a invisibilidade das mulheres rurais, está também a dificuldade de acesso à terra, no país em que há um dos menores índices de acesso à terra pelas mulheres (CONGCOOP, 2017).

Diante desta situação, o Programa Mundial de Alimentação (PMA), juntamente com a Organização das Nações Unidas para Agricultura (FAO, da sigla em inglês)², o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e a ONU Mulheres, vêm implantando programas para o desenvolvimento econômico das mulheres nas zonas rurais da Guatemala.

Isto posto, este trabalho debruça-se sobre o programa realizado pelas organizações internacionais junto dos governos locais em quatro municípios (Panzós, Santa Catalina la Tinta, San Miguel Tucurú e San Pablo Tamahú), zona conhecida por Polochic. Em entrevista realizada com Juana Margarita³, membro da equipe de consultoria externa para esse programa, destaca-se que esse projeto de aliança entre organismos é chamado de *“Programa Conjunto Acelerando el Progreso del Empoderamiento Económico de las Mujeres Rurales en Guatemala”*⁴. Nesse sentido, Juana ressalta que:

La importancia de las acciones del programa conjunto radican principalmente en las actividades que cada agencia realiza con las asociaciones de mujeres rurales con las que trabaja. Siendo más de 100 asociaciones de mujeres del área rural con las que se ha trabajado desde 2016 brindándoles capacitaciones para mejorar los procesos de producción

2 Para FAO essa redução de desigualdade econômica das mulheres no âmbito rural através do programa incide em conseguir alcançar as três metas: redução da fome, desenvolvimento econômico e sustentabilidade dos recursos naturais (FAO, 2014).

3 Juana Margarita Guerrero Garnica é membro da equipe de consultoria externa contratada pela ONU Mulheres para o Programa Conjunto em Guatemala. A entrevistada é licenciada em Ciências Jurídicas e Sociais, advogada pela Universidad de San Carlos, diplomada em Gestão Pública Territorial pela Universidad Rafael Landívar e Mestre em Estudos Latinoamericanos pela Universidad de Salamanca - Espanha.

4 Sigla em inglês PC RWEE, programa esse financiado pela Suécia e Noruega (ONU MULHERES, 2017).

de sus micro y pequeñas empresas, hasta llegar al Punto de la creación de un sistema de intercambio comercial intermunicipal denominado Li Qatenamit (“Nuestros mercados” en maya q’eqchi’).

Decerto, esses programas são de extrema relevância, já que estabelecem o desenvolvimento sustentável e econômico sob uma perspectiva de gênero, contribuindo diretamente para a garantia da segurança alimentar em zonas que ainda se caracterizam por uma cultura hegemônica da masculinidade⁵.

Nesse sentido, Tzul Tzul destaca que essa luta em conjunto contra esse sistema econômico tem que ser levado em consideração, posto que

“si vivimos en relaciones sociales que producen comunidad, entonces tenemos que pensar con seriedad que debemos organizar y crear formas de responsabilidad y trabajo compartido entre mujeres y hombres” (TZUL TZUL, 2015, p. 99).

Segundo a Organização das Nações Unidas, o Programa já beneficiou 1.630 mulheres rurais (ONU MUJERES, 2017, p. 50). Nesse contexto, Juana Margarita esclarece como uma das finalidades deste Programa Conjunto:

Busca abrir espacio de mercado tanto local como nacional y fuera del país (para determinados productos como los tejidos y la miel) bajo los principios del comercio justo a las y los productores locales, así como concientizar tanto a las y los productores locales como al público consumidor, sobre la importancia y el valor de los productos locales por sus características, sobre los productos importados. De esta manera, se busca que las y los productores locales, sobre todo las mujeres se empoderen económicamente mediante la producción de sus micros y pequeños emprendimientos y ayuden a mejorar la economía propia, familiar, de su comunidad y consecuentemente de sus municipios.

5 Destaca ONU Mulheres (2017) que, em Guatemala, as mulheres enfrentam obstáculos por ser uma “cultura patriarcal y conservadora”.

Percebe-se que o programa citado pode ser caracterizado por uma perspectiva ecofeminista em sua essência, e como de cooperação com enfoque em direitos humanos e de gênero em sua finalidade, por fortalecer o desenvolvimento pessoal das mulheres da zona de Polochic para que venham a adquirir e dar continuidade à independência que antes lhe eram negadas. Nesse sentido, destaca o Relatório Anual sobre Guatemala:

Aún queda mucho camino por recorrer. Es necesario seguir impulsando esfuerzos que permitan eliminar las desigualdades que afectan de distinta forma a las mujeres, niñas y adolescentes acorde a su edad, etnia, educación, ingreso, estatus de discapacidad, ubicación geográfica, etc. Teniendo en cuenta que hay mujeres que sufren la intersección de varias formas de discriminación y violencia, lo cual las coloca en situación de mayor vulnerabilidad y en desventaja para poder lograr su desarrollo (ONU MUJERES, 2017, p.18).

Assim sendo, o programa vem trabalhando para garantir às mulheres autonomia a partir de um trabalho com incentivos econômicos que atuem diretamente na conquista da independência financeira, bem como no exercício dos seus direitos frente à sociedade e ao governo. Portanto, observa-se que é, essencialmente, um programa de inspirações ecofeministas para conquista do empoderamento econômico aplicado a uma zona que interliga três características essenciais para esse tipo de projeto: a vulnerabilidade econômica, inclusive de mulheres, a prática econômica essencialmente rural e a presença predominante de mulheres.

5 Um olhar compartilhado para o futuro

As economias de diversas comunidades, principalmente no âmbito da América Latina, dependem exclusivamente dos recursos naturais para seu sustento e bem-estar, o que faz com que a biodiversidade seja simultaneamente um meio de produção e um objeto de consumo. Desse modo, a sobrevivência e a sustentabilidade dos meios de subsistência estão intimamente ligados à conservação e à sustentabilidade do uso dos recursos. No entanto,

tecnologias baseadas nas sociedades camponesas ainda são vistas como primitivas e substituídas por tecnologias “progressistas”, que destroem não só a diversidade, mas o meio de subsistência das pessoas (MIES; SHIVA, 2015, p. 165).

Sendo assim, se faz necessário destacar a importância de resgatar práticas, já anteriormente utilizadas, que estão mais relacionadas a um desenvolvimento ambiental sustentável, ao invés do uso atual de tecnologia no campo que dilui a cultura e, ao mesmo tempo, impõe um sistema similar ao da zona urbana, que reproduz as desigualdades sociais e econômicas.

Pela sua importância para milhares de famílias, as mulheres sempre estiveram na linha de frente nas agendas ecológicas, “seja nos moradores da floresta *Chinko* do Norte da Índia há quase 300 anos atrás, seja para as mães nas minas de carvão *Appalachia*” (SHIVA, 2014, p. 01). Lutando a favor da preservação da biodiversidade e da agricultura sustentável através dos séculos, as mulheres vêm liderando e integrando lutas que demonstram que “a libertação das mulheres e a preservação de nosso planeta contra o desastre ecológico andam de mãos dadas – uma com a outra e ambas com a superação do capitalismo” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 57).

Desse modo, “*ecofeminism embodies a multifaceted critique of global environmental politics*” e confrontam as abordagens tradicionais da política ambiental global, que foca na atuação dos Estados-nação ou em instituições para gerenciar a crise do meio ambiente, sem considerar o protagonismo e as experiências contextualizadas das mulheres. É, portanto, essencial para a sustentabilidade ecológica local, regional e global o empoderamento social, econômico e político das mulheres (ALLISON, 2017, p. 08-17).

Para a Organização das Nações Unidas (2009, p. 11), a primordial garantia do empoderamento econômico das mulheres e o acesso e controle sobre recursos devem partir de uma abordagem integrada entre crescimento e desenvolvimento, focada nas questões de gênero e promoção da empregabilidade, de modo que os objetivos sociais estejam alinhados às políticas econômicas.

Nesta perspectiva, a América Latina vem trabalhando não só na garantia de uma proteção legal em suas legislações internas e

internacionais, mas concretizando programas que contribuam em melhorar a condição da mulher, seja na perspectiva de gênero (no âmbito familiar ou mesmo regional contra a ideologia patriarcal) ou em seu papel de empreendedora sustentável. Como destaca na fala de Olga Marina Macz Caal, da Associação de Produtoras de Alta Verapaz de Polochic:

Defino el empoderamiento económico como una decisión de mejorar nuestra vida y participación en mi hogar y comunidad. Tomar decisiones en cómo administrar mi recurso económico, ya no depender de otro. Decidir sobre mis salidas fuera de casa, sea esto en una actividad comunitaria o actividades en el lugar de trabajo, buscar oportunidades, hablar de mi vida como mujer indígena y rural (ONU MUJERES, 2017, p. 52)

Desse modo, a OXFAM destaca que trabalhar no empoderamento das mulheres incide positivamente no crescimento econômico e ressalta que *“incrementar la igualdad económica de las mujeres es fundamental para la realización de sus derechos, así como para la reducción de la pobreza y el cumplimiento de objetivos de desarrollo más amplios”* (OXFAM, 2017, p. 07).

Para a FAO, *“los casos em que mujeres rurales tienen el mismo acceso que los hombres a los recursos, los activos, los servicios y las oportunidades económicas, estas se convierten en impulsoras fundamentales contra la pobreza rural (2014, p. 01)”*. Assim:

El empoderamiento de las mujeres es un proceso mediante el cual se transforma la vida de las mujeres, pasando de una situación en la que su poder es limitado a causa de las barreras de género, a otra en la que tienen el mismo poder que los hombres. El empoderamiento económico, social, personal y político de las mujeres está interconectado, es decir, que los cambios positivos que se generan en una de estas dimensiones de la vida de las mujeres no son sostenibles si no se dan avances también en las demás (OXFAM, 2017, p. 08).

Dessa forma, em 1993, Holland-Cunz (p. 260) afirmou que a *“naturaleza es sujeto social”*. Segundo a mesma perspectiva da autora, alguns países têm promulgado os direitos concernentes

aos rios, mares, florestas e até do ar que se respira, não enquanto objetos da sobrevivência humana, mas por os reconhecerem como detentores de direitos.

Isto é, não há como avançar enquanto sociedade sem preservar a saúde do meio ambiente, assegurar o fim desigualdade social e garantir a qualidade de vida das próximas gerações, sem que se enxergue a natureza como um sujeito nesta equação. Do mesmo modo, é impossível alcançar uma sociedade realmente sustentável e justa quando está permeada pela exploração dos corpos, do trabalho e das potencialidades femininas.

Sendo assim, percebe-se que o feminismo e o movimento ecológico compartilham o olhar para o futuro que buscam ter: uma sociedade de não exploração dos mais pobres, das mulheres ou da natureza.

6 Considerações finais

na contemporaneidade, a luta feminista ganha novas pautas e, com elas, fôlego para se perpetuar no tempo. As formas de exploração e violência se transformaram no decorrer da história, mas a importância do feminismo permanece indiscutível numa sociedade que segue extremamente desigual.

A presente pesquisa privilegiou, inicialmente, demonstrar, em linhas gerais, de que forma o ecofeminismo pode contribuir para o fortalecimento do empoderamento feminino e da agricultura sustentável, agindo no combate à feminização da pobreza no campo e garantindo a segurança alimentar.

Para tanto, buscou-se defender que o caminho para a emancipação da mulher também passava pelas questões relacionadas à exploração da natureza, da terra e daqueles que cuidam e vivem dela, tendo em vista que ambos pleiteiam direitos considerados como de segunda categoria no mundo e se encontram em local socialmente invisibilizado.

A partir deste estudo, foi possível perceber de que forma os movimentos ecológico e feminista possuem pontos em comum quando do enfrentamento à política de exploração do atual modelo econômico, indicando a necessidade de se fazer com que os

movimentos de emancipação feminina também cheguem aos campos e alcancem a libertação da natureza. Tudo isso, objetivando uma atividade econômica regulada, fiscalizada e protegida por uma séria legislação de proteção ambiental, do trabalho e dos direitos femininos, que tentem salvar o planeta com o mesmo afincamento com que buscam salvar uma instituição financeira.

Verificou-se ainda que, na América Latina, zona econômica predominantemente agrícola, é fundamental desenvolver projetos que trabalhem a questão econômica, que respeitem a natureza e que trabalhem em conjunto o papel da mulher e a sua importância dentro da agricultura familiar e do comércio rural. Dessa forma, percebe-se que Polochic, zona rural da Guatemala, por toda problemática que envolve o país, vem privilegiando em seus projetos a mulher rural, em prol de sua emancipação, ao passo em que permite a ela garantir a segurança alimentar para sua família, enquanto preserva-se o meio ambiente local.

Portanto, percebe-se a essencial importância de dar visibilidade para a mulher rural que, por vezes, é esquecida, subalternizada e mal remunerada, mas que pode ter papel protagonista na luta por uma sociedade menos destrutiva que aquela que hoje prevalece.

REFERÊNCIAS

ABROMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Gênero e meio ambiente**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

ALLISON, Juliann Emmons. Ecofeminism and Global environmental Politics. **Oxford International Studies**, 2017. Disponível em: <https://oxfordre.com/internationalstudies/view/10.1093/acrefore/9780190846626.001.0001/acrefore-9780190846626-e-158>. Acesso em: 12 maio 2020.

ALVAREZ, Santiago García. **Sumak kawsay o buen vivir como alternativa al desarrollo en Ecuador**: aplicación y resultados en el gobierno de Rafael Correa (2007-2011). 2014. 256 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Departamento de Economía Aplicada I (Economía Internacional y Desarrollo) - Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2014. Disponível em: http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-3777_es.html. Acesso em: 10 jun. 2020.

ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi ; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

CABNAL, Lorena. **Feminismo diversos**: el feminismo comunitário. Segovia: ACSUR, 2010.

CÁMARA, Elvira *et al.* Ecofeminismo: Ecologismo libre de patriarcado. **Revista Ecologista**, Madrid, n. 95, p. 46-49, 2018. Disponível em: https://www.ecologistasenaccion.org/?cat=2209#outil_sommaire_1. Acesso em: 09 jun. 2020.

CEPAL. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe. **Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas**. CEPALSTAT. Guatemala. Perfil Nacional socio-demográfico, 2020. Disponível em: https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Perfil_Nacional_Social.html?pais=GTM&idioma=spanish. Acesso em: 09 jun. 2020.

CONGCOOP. Coordinación de ONG y Cooperativas. **Mujeres**: acceso a tierra, agua y trabajo, 201. Disponível em https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CEDAW/Shared%20Documents/GTM/INT_CEDAW_NGO_GTM_29107_E.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. Tradução de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.

FAO. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y Agricultura. **Guatemala**: voz a las mujeres sobre seguridad alimentaria y nutrición, s.d. Disponível em: <http://www.fao.org/in-action/gender-equality-guatemala/es/>. Acesso em: 05 jun. 2020.

FAO. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. **Iniciativa para el empoderamiento económico de las mujeres en zonas rurales**. 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-at890s.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2020.

GEBARA, Ivone. **Instituciones Ecofeministas**: ensayo para repensar el conocimiento y la religión. Madrid: Editorial Trotta, 2000.

GUATEMALA. **Constituição Política de La Republica de Guatemala**. Disponível em: https://www.minfin.gob.gt/images/downloads/dcp_marcolegal/bases_legales/Constitucion_politica_de_la_republica_de_guatemala.pdf. Acesso em: 05 jun. 2020.

HOLLAND-CUNZ, Barbara. **Ecofeminismos**. València: Ediciones Cátedra, 1993.

LOPES, Ana Maria D'Ávila; SANTOS JÚNIOR, Luis Haroldo Pereira; BOTELHO, Carla Mariana Café. O empoderamento econômico da mulher

e o impacto nos seus direitos humanos. In: LEAL, César Barros; MUÑOZ, Soledad García (coord.) **Gênero, Meio Ambiente e Direitos Humanos**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminism**. New York: Zed Books Ltda, 2014.

NICHOLLS, Clara Inés; ALTIERI, Miguel A. A agroecologia em tempos de COVID-19. **Brasil de fato**, São Paulo, SP, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/01/artigo-a-agroecologia-em-tempos-de-covid-19>. Acesso em: 12 maio 2020.

NOBRE, Miriam. Relações de gênero e agricultura familiar. In: NOBRE, Miriam; SILIPRANDI, Emma; QUINTELA, Sandra; MENASCHE, Renata (org.). **Gênero e Agricultura Familiar**. São Paulo: SOF, 1998.

ONU MUJERES. **Guatemala**. América Latina y el Caribe. Disponível em: <https://lac.unwomen.org/es/donde-estamos/guatemala>. Acesso em: 09 jun. 2020.

ONU MUJERES. Organización de las Naciones Unidas para Mujeres. Reporte Anual. Onu Mujeres Guatemala, 2017. Disponível em: <https://latin.weeffect.org/app/uploads/2018/09/Informe-de-Resultados-ONU-mujeres-Guatemala-2017.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2020.

ONU. **17 Objetivos para mudar nosso mundo**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods5/>. Acesso em: 11 jun. 2018.

ONU. **World Survey on the Role of Women in Development: Women's Control over Economic Resources and Access to Financial Resources, including Microfinance**, New York, 2009. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/publications/2009-world-survey-on-the-role-of-women-in-development.html>. Acesso em: 12 maio 2020.

OXFAM. **Marco conceptual de OXFAM sobre el empoderamiento económico de las mujeres**. 2017a. Disponível em <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/620269/gt-framework-womens-economic-empowerment-180118-es.pdf?sequence=9&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jun. 2020.

OXFAM. **Una economía para las mujeres**. Alcanzar el empoderamiento económico de las mujeres en un mundo cada vez más desigual. 2017b. Disponível em: https://www-cdn.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/bp-an-economy-that-works-for-women-020317-es.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

PMA. Programa Mundial de Alimento. **La participación de las mujeres es fundamental para el desarrollo de las áreas rurales y económicas**. 2016. Disponível em: <http://es.wfp.org/historias/guatemala-la->

participación-de-las-mujeres-es-fundamental-para-el-desarrollo-de-las-%A1reas-rurales-y-e. Acesso em: 05 jun. 2020.

RESS, Mary Judith. Reflexiones sobre el ecofeminismo em América Latina. *In: MARCOS, Silvia (org.) **Religión y Género***. Madrid: Trotta, 2003.

RUETHER, Rosemary Radford. Ecofeminismo: Mulheres do Primeiro e do Terceiro Mundo. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, RS, v. 36, ano 2, p. 129-139, 1996.

SALLEH, Ariel. Foreword. *In: MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminism***. New York: Zed Books Ltda, 2014.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agoecol. e Desen. Rur. Sustent.**, Porto Alegre, RS, v.1, n.1, p. 61-71, jan.-mar. 2000.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILIPRANDI, Emma. Um olhar ecofeminista sobre lutas por sustentabilidade no mundo rural. *In: PETERSEN, Paulo (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro***. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

TZUL TZUL, Gladys. Mujeres indígenas: historias de la reproducción de la vida en Guatemala. Un reflexión a partir de la visita de Silvia Federici. **Revista Bajo el Volcán**, v. 15, n. 22, p.91-99, marzo-agosto, 2015.

VALENCIA, Érika Carcaño. Ecofeminismo y Ambientalismo Feminista: una reflexión crítica. **Nueva Época**, México, n. 56, ano 21, p. 183-188, enero-abr., 2008.

VIJAYARAGAVAN, R. Patriarchal Culture and Its Impact on Eco-feminism. **Studies in India Name Places**, UGC Care Listed Journal, v. 40, p. 719-722, Mar. 2020.

WARREN, Karen. **Ecofeminism**: women, culture, nature. Bloomington: Indiana University Press, 1997.